



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

13ª Reunião Ordinária

01/08/2013 – Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP.

Pauta:

1. Informes;
2. Apresentação das propostas de zonas pelas prefeituras municipais.

1. Informes:

Isadora Parada (CPLA/SMA) agradeceu presença dos representantes e convidados e deu início à reunião às 10h40. Isadora explica sobre a divisão de trabalhos dentro do Grupo Setorial, com a formação da Comissão Especial de Redação da Minuta de Decreto, a realização das oficinas com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e as reuniões paralelas com os representantes das prefeituras municipais, para enquadramento das zonas do Gerenciamento Costeiro.

Isadora informa sobre o andamento dos trabalhos nos demais setores costeiros. No Litoral Norte, explica que está sendo realizada a revisão do ZEE, instituído pelo Decreto Estadual nº 49.215/2004. E que há proposta de alteração significativa das zonas vigentes em Ilhabela, como as zonas das praias de Bonete, Castelhanos e Jabaquara, proposta pela prefeitura municipal. Informa que no setor Baixada Santista foi iniciada a discussão sobre os Planos de Ação e Gestão; No Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia o Grupo Setorial irá encaminhar a minuta de decreto de ZEE para parecer da Consultoria Jurídica da SMA. Informa também que no setor Vale do Ribeira, no dia 24/08, será realizada a feira de troca de sementes entre comunidades quilombolas do vale do Ribeira. Nesse evento, haverá debate sobre a participação das mulheres na roça, com discussão da importância dos alimentos produzidos por suas famílias para a saúde. No segundo dia da feira, será realizada a venda de artesanato e a troca de sementes. Outro informe é a realização, no dia 20/08/13, da Conferência Regional de Meio Ambiente, em Registro, que irá eleger propostas e delegados para participarem da Conferência Estadual de Meio Ambiente.

Isadora relembra que a última reunião do Grupo Setorial ocorreu em Tapiraí, na Câmara Municipal. Informa que foi realizada uma oficina com comunidades quilombolas no dia 06/06/13, na sede do Parque Estadual da Caverna do Diabo e que nessa oficina os representantes quilombolas decidiram sobre a necessidade de se fazer oficinas por comunidade ou grupos menores de comunidades quilombolas. Desde o final do mês de junho, portanto, tem realizado essas reuniões. Informa também sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Especial de redação da minuta de Decreto, e explica que uma das questões trabalhadas pela comissão é a Zona 3 terrestre especial (Z3T Especial) que abranja as demandas dessas comunidades. Isadora informa sobre a publicação, em 2012, do Relatório de Qualidade Ambiental - RQA da Zona Costeira, e que está disponível para *download* do sítio da CPLA/SMA.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Maria do Socorro (Prefeitura Municipal de Jacupiranga) pergunta como enquadrar as Terras Indígenas. Isadora explica que esses territórios são tratados como zona Z1AEP, como as Estações Ecológicas e os Parques. Cita o exemplo da Terra Indígena de Itariri. E informa que há outras que não foram reconhecidas e delimitadas, porém estas são tratadas como Z1, Z2 ou até mesmo Z3, de acordo com as peculiaridades. Victor Dimitrov (IBiosfera) diz que no site da FUNAI é possível saber os pontos de localização desses territórios indígenas, mas não os polígonos de delimitação. Isadora informa que tem os pontos de Pariquera-Açu, Cananéia, Iguape e que há Terras Indígenas no Parque Estadual de Intervales e no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Isadora informa que ela realizou reuniões com representantes das prefeituras municipais de Iporanga, Jacupiranga, Pariquera-Açu, Registro, Tapiraí, Juquiá, Miracatu e Pedro de Toledo, para que estes apresentassem as propostas de enquadramento de zonas nesta reunião. Esse trabalho está instituído pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que define outros instrumentos além do ZEE, que são os Planos de Ação e Gestão, Sistema de Informações e Controle e Monitoramento. A etapa atual é de zoneamento. Explica que o ZEE não substitui o licenciamento ambiental, mas define usos, metas e diretrizes para cada zona.

Isadora mostra o mapa com os quatro setores costeiros e a localização dos territórios quilombolas reconhecidos. Explica que cada setor possui Grupo Setorial de Coordenação instituídos pelo Decreto 47.303/2002. Lembra que foi assinada a Resolução SMA nº 37/2013, que designa os representantes do biênio 2013-2015. Passa a explicar a composição desse Grupo. Juquitiba e Pedro de Toledo são duas prefeituras que não compõem o Grupo Setorial neste biênio, o que não isenta de contribuírem com as propostas de zoneamento. Mostra o fluxograma do processo de gerenciamento costeiro. Destaca que o Grupo Setorial está, no momento, no processo participativo de definir o zoneamento e que o Sistema de Informações está sendo alimentado durante o processo.

Isadora explica o histórico do Zoneamento. Relata que a primeira proposta de Macrozoneamento foi elaborada em 1998, baseada em estudos feitos pela ENGECORPS, os quais foram fundamentais como diagnóstico para a elaboração da segunda proposta de Macrozoneamento em 2005. Dos quatro setores costeiros, apenas o Litoral Norte avançou dessa proposta para um ZEE instituído em 2004, com o Decreto nº 49.215/2004. Posteriormente em 2013 a Baixada Santista teve o seu decreto sancionado.

Isadora informa que no setor do Vale do Ribeira há municípios que não possuem Plano Diretor instituído; e que outros diagnósticos elaborados na região com comunidades quilombolas são a Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas e o Planejamento Territorial Participativo, publicados pelo Instituto Socioambiental em 2008 e 2012, respectivamente.

Isadora relata a oficina realizada com representantes de comunidades quilombolas na sede do Parque Estadual da Caverna do Diabo em 06/06/2013. Nessa ocasião, os representantes solicitaram que o Grupo Setorial retornasse a cada comunidade ou grupos de comunidades para discutir a proposta de ZEE. E informa que no dia 09/08/13 haverá reunião com as comunidades Pilões e Maria Rosa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Outro informe é sobre a próxima reunião da Comissão Especial de redação da minuta de Decreto de ZEE, que será no dia 19 de agosto, na sede da APTA/SAA de Pariquera-Açu, às 9h00.

Isadora mostra quadro com zonas definidas pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, com usos e atividades permitidos. E destaca que a reivindicação das comunidades quilombolas é de que não seja permitida a mineração em seus territórios. Os seus representantes destacaram na oficina do dia 06 de junho que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece que as comunidades devem ser consultadas quanto a interferências que possam ocorrer em seus territórios. Explica que a Z1T não é zona mais apropriada para todo o território quilombola, por conta do uso agrícola, então surgiu, a partir das discussões com os representantes quilombolas, a ideia da Z3T Especial, onde podem todos os usos da Z3T, com exceção da mineração e da silvicultura. No entanto, as comunidades têm levantado, junto com Isadora, a necessidade de garantir a mineração de cascalho, areia, argila e silte, ou seja, mineração de interesse social, segundo o Código Florestal (Lei 12.651/2012). A mineração de interesse social, portanto, seria permitida nessa Z3T Especial. Isadora explica os usos e atividades permitidos por zonas, segundo a Lei Estadual nº 10.019/1998. Diz que o Grupo Setorial precisa discutir a necessidade de uma Z5T Especial. E destaca que a minuta de decreto, portanto, foi incorporando as discussões com as comunidades quilombolas. Isadora lembra que porções dos territórios de quilombos como Piririca e Bombas estão localizados dentro de limites de Unidades de Conservação, situação que é considerada pelo artigo 42 da Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A menção a esse artigo visa, segundo Isadora, atender a uma demanda das comunidades quilombolas.

Isadora lembra o artigo 39 do Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta a Lei nº 9.985/2000. Esse artigo trata do termo de compromisso que regula a permanência das comunidades tradicionais dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral, enquanto não forem reassentadas. E explica que houve poucos termos de compromisso já assinados e que são elaborados caso a caso. Mayra Jankowsky (FF/SMA) fala que já houve realocação de famílias do Parque Estadual da Caverna do Diabo para a RDS Pinheirinhos. Victor levanta dúvida, se precisa fazer enquadramento de zonas dentro dos limites da UC. Isadora diz que não, pois é uma Z1AEP. Maria do Socorro (Prefeitura Municipal de Jacupiranga) destaca que mesmo nos territórios quilombolas, deve-se observar o Código Florestal.

Isadora explica que para a Z2T, incluiu-se na redação da minuta de decreto de ZEE a atividade de aquicultura de baixo impacto, a qual é realizada em lagos com até 5 hectares (ha) de lâmina d'água. Segundo o representante da APTA/SAA, Leonardo, praticamente todas as propriedades rurais com aquicultura no Estado são de baixo Impacto. Silvia Ester Godoi Leal (Prefeitura Municipal de Juquiá) diz que conhece diversas propriedades que possuem lagos que somam mais do que 16 ha. Uma delas é a fazenda Piracema, em Juquiá, que possui 45 lagos, com lâmina d'água maior do que 5 ha. "Luana" seria o nome de outra propriedade, mas não sabe se todos os lagos estão ativos. Pelas características da atividade, considera que são de baixo impacto. No município de Juquiá, informa que enquadraram todas as propriedades com aquicultura como Z3T. Victor pergunta o que seria aquicultura de baixo impacto. Isadora explica que essa definição estará no decreto de ZEE. A 'Via Rápida Ambiental da Aquicultura' foi aprovada com objetivo de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

simplificar o licenciamento ambiental de atividades de aquicultura com baixo potencial poluidor (Decreto Estadual nº 58.544/12 e da Resolução SMA nº 91/12). Silvia destaca que há espécies que não podem ser criadas, mesmo em tanques pequenos, pelos impactos que sua criação acarreta. Isadora complementa que há rações que possuem elementos químicos nos insumos, com elevado potencial poluidor. Prof. Érico (UNESP) diz que o impacto provém da dieta dos animais e que há como restringir o uso de insumos impactantes, como o Ministério da Agricultura já faz, ao estabelecer normas para isso.

Isadora mostra a definição que vem sendo trabalhada para aquicultura de baixo impacto, com aquicultura intensiva e extensiva, na minuta de decreto de ZEE. Pede sugestões, mesmo que por e-mail. Silvia destaca que tilápia se procria rapidamente quando soltos nos rios, para o que não existe controle, diferentemente de pacu e tambacu.

Isadora mostra a Z3T Especial, que é a zona proposta para atender as demandas das comunidades quilombolas. Lê as características de enquadramento que vêm sendo redigidas com base nas reuniões com as comunidades. Mayra lembra que a Secretária de Meio Ambiente de Eldorado, Olga Maria Michels Dantas (representante do Grupo Setorial) comentou sobre um projeto de abastecimento de água para cinco comunidades que obterá financiamento da FUNASA. Mayra destaca que o critério de abastecimento pelo próprio esforço pode não ser adequado para caracterizar a Z3T Especial. Isadora responde que as características de enquadramento não são cumulativas e que a consideração do critério da captação de água por esforço próprio levou em conta a definição do Código Florestal. Victor pergunta se áreas de outras comunidades não quilombolas podem ser enquadradas nessa zona. Isadora responde que sim. Rodrigo Aguiar (Prefeitura Municipal de Jacupiranga) questiona se o fato de haver infraestrutura de abastecimento de água e esgoto constitui um critério que não caracterizaria também essas comunidades. Silvia lembra que há comunidades que fazem a manutenção do sistema, a não ser que haja troca de manilhas ou obras mais pesadas. Isadora destaca que o critério de esforço próprio para captação de água não significa que haja áreas de comunidades tradicionais que tenham o sistema de abastecimento de água e possam ser enquadradas nessa zona especial.

Isadora lê as diretrizes sugeridas para a Z3T Especial: estímulo à titulação das terras e posse efetiva das comunidades quilombolas; construção do acesso e manutenção das estradas para as comunidades quilombolas; implantação e fortalecimento dos sistemas agroflorestais, o que também pode ser pensado na Z2T e na Z3T; ampliação de programas de assistência técnica adaptada ao manejo florestal das famílias; transporte coletivo; uso do fogo para roça de coivara; incentivo à agricultura orgânica; e reforço da educação ambiental para a juventude rural, idéia retirada do MacroZEE da Amazônia Legal.

Isadora passa a descrever os usos e atividades permitidos na zona. Silvia diz que pesque pague não é atividade de baixo impacto, pois são várias espécies de peixes, que trazem doenças que exigem uso de medicamentos nos tanques. Explica que quando o peixe é criado na mesma propriedade do pesque pague, os riscos são menores do que se criado a partir de peixes adultos que provêm de criadouros dos quais não se conhece a qualidade. E diz que peixe de pesque pague é comprado adulto, não como alevino. Prof. Érico discorda. Para ela baixo impacto seria com uso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

de alevinos produzidos na mesma propriedade. Adriano Teixeira Monssores (DAEE) pergunta se baixo impacto quer dizer para aquela zona. Destaca que os impactos da piscicultura são locais, portanto, em escala diferente da escala do ZEE, que é regional. Silvia destaca que o impacto é mais do que local, pois a água é contaminada com fungicidas e antibióticos e afeta áreas a jusante. Pablo de Andres Fernandez (AMAVALES) destaca que, pelas atividades envolvidas, pesque pague constitui atividade de lazer. Segundo Silvia, a ração até hoje não é certificada e que pesque pague de baixo impacto é com criação de alevinos associada. Isadora diz que irá consultar a APTA/SAA para melhorar redação da minuta.

Outro ponto que precisa ser trabalhado é sobre a silvicultura familiar nessa zona. Isadora destaca que as comunidades quilombolas não querem permitir a silvicultura de larga escala, mas que talvez seja interessante o plantio de espécies não nativas em áreas menores, para subsistência. Destaca que há uma Resolução CONAMA que trata desse assunto. Maria do Socorro lembra do sistema agroflorestal, que possibilita plantio de espécies exóticas com nativas. Paula Fogaça (Prefeitura Municipal de Apiaí) destaca que há a bracatinga, que é uma espécie nativa e pode ser plantada como silvicultura. Isadora destaca a possibilidade da Z3T Especial limitar as espécies de silvicultura exóticas. Rodrigo pergunta se pode haver aproveitamento de madeira mor que é derrubada naturalmente. Isadora diz que irá checar. Mostra as metas da Z3T Especial. Prof. Érico destaca que é importante que a fossa séptica seja biodigestora.

Isadora explica que a licença para corte de vegetação na RDS, por exemplo, quem fornece é o órgão gestor. Nas áreas dentro de Área de Proteção Ambiental (APA), é a CETESB que dá a licença. Para cultivo de não subsistência, é preciso ter a Reserva Legal averbada. Isadora explica que há um entendimento da CETESB de que, ao invés de cada família fazer a averbação de sua reserva, poderia haver uma averbação comum de todo o território quilombola. O novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) prevê que a Reserva Legal se sobreponha à Área de Preservação Permanente (APP). Isadora destaca que tem receio de escrever essa disposição na minuta de Decreto de ZEE e isto incentivar essa forma de averbação por outras comunidades rurais, mesmo que tenham área florestada para isso. Victor fala que é preciso incluir o termo agroindústria familiar, que está definido segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Luiz Afonso Breyner Baeta (ITESP) sugere procurar o Ovanir (ITESP) para consulta sobre agroindústria familiar. Prof. Érico sugere que se inclua que a agroindústria seja com produtos de origem familiar. Victor comenta que talvez a CATI/SAA possui linha de crédito para montagem de estrutura de despolpa do palmito açaí e do Cambuci, e que a Agrofloresta está dentro desse programa. Sobre as outras zonas Isadora diz que será explicado em reunião futura.

Isadora mostra, no ARCGis, mapa com a Z3T Especial nos territórios quilombolas. Isadora mostra o quilombo Cangume, em Itaóca, onde praticamente toda a vegetação nativa foi desmatada. Onde há vegetação preservada constitui a área que recentemente a comunidade obteve o domínio. A comunidade quilombola Porto Velho levantou a necessidade de restringir a mineração no seu território. No território dessa comunidade e do Cangume há poligonais do DNPM para requerimento de pesquisa e lavra. A comunidade Porto Velho grafou áreas além do seu território, pois para apicultura com certificação do Instituto Adolfo Lutz, é preciso proteger as nascentes dos cursos d'água. Isadora destaca que essa decisão precisa ser deliberada pelo Grupo Setorial e a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Prefeitura Municipal de Iporanga. Informa que teve reunião com a comunidade quilombola de Praia Grande, mas que ainda não há desenho de zonas, então como proposta, Isadora desenhou Z3T Especial, por ora. Outras comunidades consultadas foram André Lopes, Sapatu, São Pedro e Piririca. Lembra que São Pedro já tinha um desenho elaborado no processo de planejamento participativo com o Instituto Socioambiental (ISA). Ressalta que nas proximidades do Parque Estadual de Intervales, as comunidades quilombolas grafaram Z1T, tentando garantir *continuum* de áreas mais protegidas. Isadora explica que a consulta às comunidades de Barra do Turvo e Reginaldo foram feitas durante reunião do Conselho Deliberativo da RDS dos Quilombos, área que antes fazia parte dos limites do Parque Estadual de Jacupiranga. Com a criação do Mosaico, essa área passou a ser uma RDS. Isadora explica que está pensando na possibilidade de sugerir a criação de uma Z2T Especial que enquadraria as RDS e RESEX da região, pelo fato de constituírem unidades de conservação com plano de utilização e plano de manejo. Mas essa ideia deverá ser aprovada pela Fundação Florestal. Se isso não ocorrer, outra possibilidade é enquadrar as porções dessas áreas na Z3T Especial.

Informa que as próximas reuniões serão com as comunidades Pilões, Maria Rosa, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça e Peropava. Informa também que existe mais um quilombo, Ilha, cuja delimitação não foi feita.

Isadora explica que o objetivo da apresentação das prefeituras é ter justificativa de enquadramento pela prefeitura municipal e destaca que as 20 prefeituras, por meio de seus representantes no Grupo Setorial, deverão fazer as apresentações.

Às 12h45, é feito intervalo para almoço. Após intervalo, às 13h45, iniciaram as apresentações das prefeituras.

Apresentação da Prefeitura Municipal de Registro – Milena Ribeiro

Milena informa que o zoneamento municipal vigente foi baseado no Plano Diretor, Lei Complementar nº 40/2008. Destaca as áreas de expansão urbana e o Bairro Serrote, que apesar de rural, tem tendência de ser tornar urbano. Milena ressalta que o zoneamento do Plano Diretor está defasado, pois a mancha urbana dos bairros cresceu desde então. A proposta de Macrozoneamento de 2006 não considerou o Bairro Serrote. Informa que utilizou os dados de censo do IBGE de 2010 com setores censitários. Com esses dados, ela e a equipe técnica da prefeitura verificaram os setores mais populosos. Explica que foi grafada a Z1T em áreas que apresentam vegetação mais preservada e contínua do município. Diz que consultou o site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para saber as áreas que apresentam requerimento de pesquisa e lavra de mineração. E identificou uma área com cerca de 5 mil hectares onde existem propriedades rurais. Milena terá que consultar esses proprietários, para saber quais são os cultivos predominantes. Destaca que há ponto de captação de água onde foi grafada Z1T. Os pontos amarelos no mapa são onde a prefeitura identifica potencial para extração de cascalho. Aponta o perímetro de um bosque municipal, cujo desenho precisa ser confirmado. Outra Z1T é da várzea do rio Carapiranga, onde é feita captação de água para abastecer o município. Aponta a Z4T próxima do aeroporto. Informa que muitas chácaras de chá estão sendo loteadas, que há muitos pedidos nesse sentido. Isadora destaca que a prefeitura deverá atentar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

para as áreas que tem essa demanda por loteamento e que, se forem grafadas como Z3T, não poderão ser parceladas. Milena aponta a Zona Especial de Interesse Habitacional localizada dentro da Z5T, onde há casas populares da Agrochá e também casas próximas do aeroporto. Os presentes concordam em rever enquadramento devido à implantação de futuro presídio. Isadora precisa levantar se a área do presídio se estenderá além da faixa de 500 metros da Z5T ao longo da rodovia BR116. Isadora sugere ver o cadastro fundiário que o ITESP fez para saber se há muitas propriedades rurais. E há a área do Quilombo Peropava que precisa ser considerada. Isadora destaca o Programa Biota/FAPESP (2004), que aponta as áreas prioritárias para conservação. Outra camada que deve ser observada é das áreas prioritárias para criação de UCs. Mostra mapa de geologia e aptidão agrícola e aquícola elaborado pela ENGECORPS. E considera que, com base neste mapa, nas indicações do Programa Biota/FAPESP e no Plano Diretor do município, considera que o enquadramento feito pela prefeitura está bem justificado.

Isadora informa que irá preparar os desenhos para, em uma próxima reunião, após tempo para consideração do Grupo Setorial, haver deliberação das propostas.

Apresentação da Prefeitura Municipal de Juquiá – Silvia Ester Godoi Leal, gestora ambiental do Departamento de Meio Ambiente.

Silvia pede desculpas pelo fato do representante do Grupo Setorial, Marcus Vinícius Munhoz de Vasconcelos, não ter vindo. Explica que a proposta a ser apresentada não é a final e que foi apresentada na Conferência das Cidades, onde a apresentação tratou do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Silvia mostra mapa com proposta de enquadramento. O Parque Ecológico Municipal foi grafado como Z1T. Isadora pede os limites desse parque, para incorporar na base de informações. Silvia explica que bairros rurais mais distantes foram enquadrados como Z4T e Z5T (Colonização, Dique, Iporanga e Ribeirão Fundo de Cima), em direção a Tapiraí, pois constituem vilas que apresentam tendência de se tornarem urbanas, com aglomeração de casas, infraestrutura urbana instalada e proximidade com a rodovia. Aponta que há uma cascalheira ao sul, no bairro Piúva. Silvia aponta uma área extensa de aterro. Pablo pergunta se haveria possibilidade de comércio ao longo das estradas que seguem para Sete Barras e Tapiraí. Isadora responde que pode haver comércio e serviços de suporte às atividades permitidas na zona. Prof. Érico pergunta se há demanda por posto de gasolina. Victor destaca que a rodovia induz o processo de ocupação e com a Z3T haverá a restrição e pergunta se é isso que se quer. Pablo destaca que há uma fábrica de reciclagem de óleo, a Supply, e a demanda de atividade industrial ao longo da rodovia a Tapiraí. Isadora explica que atividades industriais só podem na Z5T e concorda que seja necessário pensar a possibilidade de instalação de fábricas ao longo da rodovia. Pablo destaca que é preciso pensar na potencialidade dessa estrada para concentrar a implantação de fábricas. Isadora explica que o beneficiamento da atividade agropecuária pode ser realizado na Z3T, como o beneficiamento do palmito pupunha, por exemplo. E mostra a proposta preliminar da Prefeitura Municipal de Tapiraí, onde a zona proposta ao longo da rodovia está compatível com a de Juquiá.

Pablo pergunta se há uso de barragem de cursos d'água. Isadora diz que não, que o Plano Estadual não prevê esse uso. Isadora pergunta a Silvia se houve questionamentos sobre a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

proposta de zonas. Segundo Silvia, compareceram 35 pessoas, entre elas representantes de conselhos municipais, Fórum, moradores etc. Silvia destaca que, se houver mudanças na proposta, até esta ser consolidada no Grupo Setorial, poderão ser realizadas outras reuniões participativas.

Apresentação da Prefeitura Municipal de Jacupiranga – Rodrigo Aguiar e Maria do Socorro

Rodrigo informa que o município não possui lei de ordenamento municipal, apenas a lei que delimita o perímetro urbano expandido. Explica que a proposta está preliminar e que a equipe técnica da prefeitura focou na delimitação da Z5T, Z4T e da Z2T. Para a Z5T pensaram a pista de pouso, o distrito industrial, a indústria de laticínios KI-Natural na zona rural e o matadouro no bairro Barra do Pindaúba. Rodrigo explica que há o perímetro expandido em direção a Pariquera-Açu, para o lado onde está a GERCAL. Aponta os bairros Barra do Soldado e Quatro Irmãos, que estão dentro da Z5T, ao longo da rodovia Regis Bittencourt (BR116). Isadora explica o objetivo de enquadramento dessa zona ao longo da rodovia, que é para abranger esse tipo de uso. A Z4T abrange o bairro do Barra do Pindaúba, a faixa de 300 metros da estrada do Guaraú e entre a Barra da Pindaúba e a Rodoviária do Guaraú/Alemão. E destaca que bairro do Pindaúba tem tendência de se transformar em uma Z5T. Isadora destaca que talvez fosse o caso de rever a Z4T na porção central, entre o bairro e a rodoviária, até porque, conforme assinalado por Rodrigo, a declividade ao longo da estrada não possibilitaria ocupação e parcelamento para fins urbanos. Rodrigo mostra o ponto de cascalheiras. Para enquadrar a Z1T, ele e a equipe técnica da prefeitura consideraram os dados levantados para elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, entre eles, os da Fundação SOS Mata Atlântica, que aponta que o município possui 47% de cobertura florestal. A maior parte dos remanescentes florestais está nos bairros Guaraú, Pé da Serra e Pindaúba. Isadora destaca que a Fundação ITESP possui levantamento fundiário da região e que seria bom ser consultado. Lembra que pode ser baixado do site do Instituto Florestal o mapa florestal de cada município. Rodrigo destaca que as cotas altimétricas mais baixas, se forem consideradas para delimitar áreas de remanescentes, compreendem áreas ocupadas.

Melissa G. de Godoy (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional) informa que as imagens de satélite do Estado são de propriedade da EMPLASA, órgão que passa a estar vinculado à Casa Civil. O IGC, portanto, não pode fazer a cessão das imagens diretamente às prefeituras.

Isadora destaca que o mapa de conectividade do Programa Biot/FAPESP indica maior potencial para conectividade no município e que essa diretriz deveria ser considerada pela prefeitura quando for consolidar sua proposta de enquadramento de zonas.

Apresentação da Prefeitura Municipal de Iporanga

Isadora mostra o arquivo kmz que Quennedi Ubirajara de Paula (Prefeitura Municipal de Iporanga) elaborou junto à equipe técnica da prefeitura. Quennedi destaca que tem dúvidas de como propor o enquadramento. Isadora propõe que as outras prefeituras apresentem suas propostas na próxima reunião. Representante de Barra do Turvo diz que prefere apresentar em outra reunião e pergunta o prazo. Isadora explica que há uma solicitação do Secretário de Meio Ambiente do Estado para que as propostas sejam encaminhadas para o Conselho Estadual de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Meio Ambiente (CONSEMA) até o final do ano. Isadora propõe que a próxima reunião do Grupo seja realizada em setembro. O dia marcado foi para 11/09, às 10h00, em Eldorado, na sede da Aldeia Cultural. A reunião foi encerrada às 16h30.



Foto 1. 13ª Reunião do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP. Fonte: CPLA, 1º de agosto de 2013.



Foto 2. 13ª Reunião do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP. Fonte: CPLA, 1º de agosto de 2013.

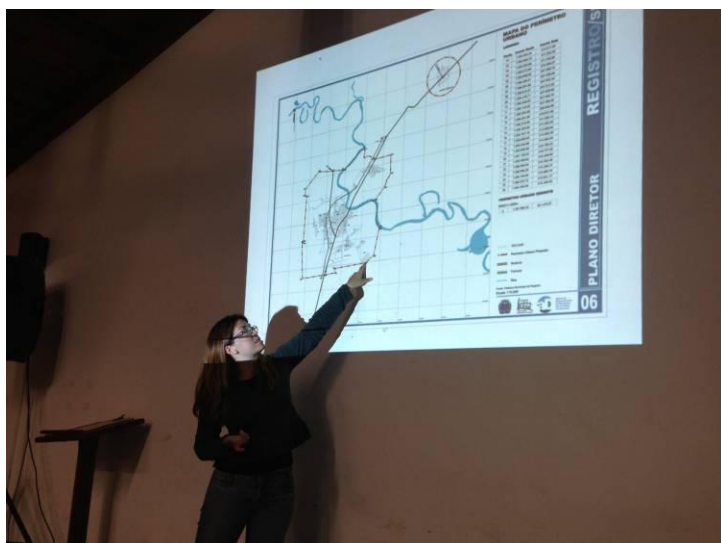


Foto 3. 13ª Reunião do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Milena Ribeiro Aoki, da Prefeitura Municipal de Registro. Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP. Fonte: CPLA, 1º de agosto de 2013.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

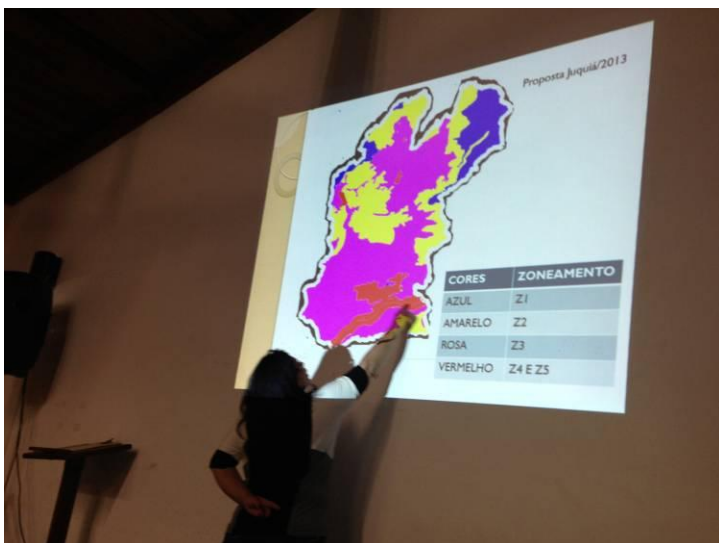


Foto 4. 13ª Reunião do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Silvia Ester. G. Leal, da Prefeitura Municipal de Juquiá. Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP. Fonte: CPLA, 1º de agosto de 2013.

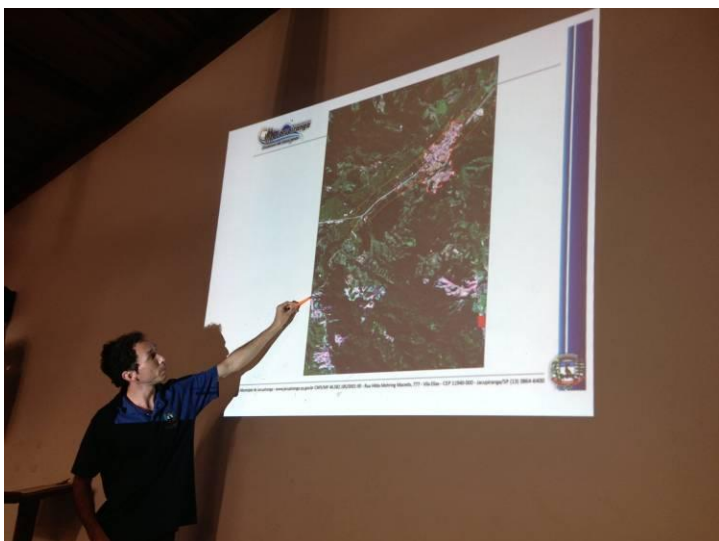


Foto 5. 13ª Reunião do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Rodrigo Aguiar, da Prefeitura Municipal de Jacupiranga. Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP. Fonte: CPLA, 1º de agosto de 2013.